Próclise em contexto inicial: brasileiroismo sintático ou herança lusitana?

Gilson Costa Freire¹

Resumo: A próclise em contexto inicial, comum na fala brasileira e ausente do Português Europeu contemporâneo (Vieira, 2002; Biazolli, 2019), costuma ser considerada um brasileiroismo sintático (Coutinho, 1976). Em vista disso, este estudo investiga a colocação pronominal na obra *Os Lusíadas*, representativa do Português Clássico, com o objetivo de evidenciar que a próclise nesse contexto não representa um brasileiroismo, mas uma herança da variedade de português trazida pelos colonizadores. Como aporte teórico, adota-se a perspectiva da deriva linguística (Naro; Scherre, 2003, 2007), segundo a qual muitas das alegadas características morfossintáticas da variedade brasileira não são resultantes do contato entre línguas, mas fenômenos que já existiam em Portugal, que foram ampliados no processo de nativização da língua portuguesa no Brasil. Os dados foram analisados a partir do arcabouço teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]). Os resultados revelaram que a próclise em contexto inicial estava em variação com a ênclise, não sendo, portanto, uma inovação do Português Brasileiro. Por conseguinte, este estudo fornece subsídios para a compreensão da origem de traços morfossintáticos da variedade brasileira por meio da abordagem de fenômenos gramaticais em perspectiva histórica, desconstruindo mitos inspirados na norma-padrão, que prestigia a variedade lusitana.

Palavras-chave: Próclise. Contexto inicial. Português Clássico. Brasileiroismo.

Proclisis in initial context: syntactic Brazilianism or Lusitanian heritage?

Abstract: Proclisis in the initial context, common in Brazilian speech and absent from contemporary European Portuguese (Vieira, 2002; Biazolli, 2019), is usually considered a syntactic Brazilianism (Coutinho, 1976). This study investigates pronoun placement in the work *Os Lusíadas*, representative of Classical Portuguese, with the aim of demonstrating that proclisis in this context is not a Brazilianism, but rather an inheritance from the variety of Portuguese brought by the colonizers. As a theoretical framework, the perspective of linguistic drift (Naro; Scherre, 2003, 2007) is adopted, according to which many of the alleged morphosyntactic characteristics of the Brazilian variety are not the result of contact between languages, but phenomena that already existed in Portugal, which were expanded in the process of nativization of the Portuguese language in Brazil. The data were analyzed using the theoretical-methodological framework of Variationist Sociolinguistics (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]). The results revealed that proclisis in the initial context was in variation with enclisis and was not an innovation of the Brazilian Portuguese. Therefore, this study provides support for understanding the origin of morphosyntactic features of the Brazilian variety by approaching grammatical phenomena from a historical perspective, in order to deconstruct myths inspired by the standard norm, which gives prestige to the Lusitanian variety.

Keywords: Proclisis. Initial context. Classical Portuguese. Brazilianism.

¹ Professor Associado no Instituto de Ciências Humanas Sociais (Departamento de Letras e Comunicação) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professor no Programa de Mestrado Profissional em Letras (Profletas), polo UFRRJ. Doutor e Mestre em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduado em Letras (Português-Literaturas) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-3785-577X>. E-mail: gilsoncfreire@yahoo.com.br

Introdução

Há tempos que a questiúncula gramatical referente à interdição do emprego dos pronomes oblíquos átonos, conhecidos na literatura especializada como clíticos pronominais, em início de período ou de oração é cobrada daqueles que se propõem a escrever segundo as prescrições das gramáticas normativas de língua portuguesa. Tal interdição costuma ser reproduzida em muitas páginas da internet, inclusive naquelas dedicadas ao ensino da língua, bastando procurar o termo “próclise em início de frase” em qualquer buscador para constatar isso. No entanto, nem sempre tais prescrições correspondem à norma comum da variedade brasileira do português. Segundo Faraco (2008), o termo *norma* corresponde aos fatos de língua usuais, mais corriqueiros em uma dada comunidade de fala, caracterizando o modo como normalmente os indivíduos pertencentes a essa comunidade fazem uso da língua. A título de exemplo, observam-se as seguintes sentenças:

(01) **Te** aguardo na saída do trabalho.

(02) Aguardo-**te** na saída do trabalho.

Em (01), o pronome átono aparece em posição proclítica, que é a colocação mais comum na variedade brasileira do português, representando a norma do português brasileiro (doravante PB). Já em (02), o mesmo pronome ocorre em ênclise ao verbo, que é a construção preferida no português europeu (doravante PE), constituindo a norma lusitana. Do ponto de vista científico, uma norma não é melhor nem pior que a outra, todavia a tradição gramatical dispensa um tratamento distinto a essa diferença de colocação: a construção em (01) é desprestigiada em favor da exemplificada em (02), sob a justificativa de ser esta última a expressão da norma culta, cujo conceito acaba sendo confundido com o de norma-padrão.

Com efeito, norma culta representa, ainda de acordo com Faraco (2008), o conjunto de fenômenos linguísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais) manifestados habitualmente pelos indivíduos cultos em situações mais monitoradas de fala e escrita. Conquanto essa norma seja socialmente prestigiada, não é homogênea, visto que naturalmente apresenta variação, a começar pelas diferenças que existem quanto à modalidade: a norma culta da fala não é a mesma que a da escrita. Consoante Freire (2020), diversas pesquisas

sociolinguísticas sobre o PB têm revelado uma assimetria entre as duas modalidades em diversos fenômenos morfosintáticos, como a ordem dos clíticos pronominais em início de período: enquanto na fala há uma preferência pela próclise, na escrita monitorada há uma expressiva ocorrência da ênclise.

Sabendo que a norma culta representa a variedade que os indivíduos cultos manifestam em suas práticas mais monitoradas de fala e escrita, é forçoso concluir que a norma-padrão, codificada em instrumentos normativos (gramáticas e dicionários), não é propriamente uma variedade da língua, mas um ideário de uso linguístico imposto tradicionalmente como referência nos meios letrados. Conforme lembra Faraco (2008), o estabelecimento da norma-padrão no Brasil se deu em razão de um projeto político das elites brasileiras de fins do século XIX, que pretendiam distanciar-se dos demais segmentos da população. Nesse sentido, a norma oficial foi determinada a partir de usos linguísticos praticados por escritores lusitanos do Romantismo da primeira metade daquele século. Por conseguinte, a norma-padrão ora imposta excluiu determinados usos comuns entre os próprios falantes cultos brasileiros e prescreveu outros artificiais, como a obrigatoriedade da ênclise em início de período ou de oração. Como consequência, isso acentuou a diferença entre as modalidades oral e escrita no PB.

Considerando que as gramáticas normativas foram moldadas a partir da variedade lusitana, qualquer construção sintática comum no PB e ausente do PE contemporâneo costuma ser categorizada como *brasileirismo*, ou seja, como criação do uso cotidiano da língua portuguesa no Brasil. Conforme aponta Coutinho (1976), entre as construções assim categorizadas, está a colocação proclítica do pronome oblíquo átono em contexto inicial ou precedido de pausa. No entanto, ao tratar do que é chamado de “erro de anteposição pronominal”, esse autor lembra que o PB, ao preferir a próclise à ênclise (p. ex. “me diga” em vez de “diga-me”) estaria seguindo uma tendência antiga e profunda que removeu da língua todas, ou quase todas, as palavras proparoxítonas na passagem do latim ao português, tendo sido tais palavras posteriormente reintroduzidas pelos letrados do Renascimento. Dessa forma, não eram desconhecidas colocações proclíticas em sincronias passadas do português, mesmo em contexto inicial, como as que aparecem em destaque nestes versos de *Os Lusíadas*:

(03) Mas o malvado Mouro, não podendo

Tal determinação levar avante,
Outra maldade inica cometendo,
Ainda em seu propósito constante,
Lhe diz que, pois as águas, discorrendo,
Os levaram por força por diante,
Que outra Ilha tem perto, cuja gente
Eram Cristãos com Mouros juntamente. (*Os Lusíadas*, Canto I, estância 101)

Tendo em vista que o processo de colonização do Brasil, com a criação das capitânias hereditárias e a consequente transplantação da língua portuguesa para terras brasileiras, teve início a partir de 1532 (Teyssier, 2001), esta pesquisa investiga a ordem dos clíticos pronominais com um só verbo, tanto em contexto inicial de verso quanto diante de pausa no interior de verso, na obra literária *Os Lusíadas*, publicada em 1572, por ser representativa da variedade trazida pelos colonizadores portugueses ao Brasil no século XVI. O objetivo geral é oferecer uma contribuição à descrição da origem de traços morfossintáticos característicos do PB a partir da abordagem de fenômenos gramaticais em perspectiva histórica. Como objetivo específico, busca-se evidenciar que a próclise em contexto inicial não constitui um brasileirismo sintático, mas uma herança da variedade de português trazida pelos colonizadores. Nessa investigação, adota-se a perspectiva teórica da deriva linguística, defendida por Naro e Scherre (2003, 2007), sobre as origens do PB, como também se faz uso do arcabouço metodológico da Sociolinguística Variacionista (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]) na análise dos dados, que foram processados pelo programa estatístico Goldvarb X (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005).

Este artigo está organizado em quatro seções. A primeira traz uma breve revisão da literatura a respeito da colocação pronominal no PB, particularmente em contextos iniciais. A segunda apresenta o aporte teórico pelo qual se orientou a pesquisa. A terceira explicita a metodologia adotada na investigação do fenômeno linguístico. A quarta descreve os resultados obtidos por meio da análise dos dados levantados na amostra em cada um dos grupos de fatores determinados. Por fim, são apresentadas as considerações finais seguidas das referências.

Breve revisão da literatura

Como ponto de partida, faz-se um levantamento da descrição dos instrumentos normativos do português acerca da ordem dos clíticos em contexto inicial, a fim de captar a orientação da gramática tradicional sobre o tema. Para isso, foram consultadas três gramáticas cujos autores são filólogos consagrados: Rocha Lima (1998 [1972]), Cunha e Cintra (1985) e Bechara (2015).

Rocha Lima (1998) afirma que, quando a forma verbal abrir o período ou iniciar qualquer das orações que o compõem, a posição “normal” dos pronomes átonos é depois do verbo (ênclise), ou seja, a próclise em tal contexto é completamente rechaçada. Seguindo essa mesma linha, Cunha e Cintra (1985, p. 300) descrevem que, “[s]endo o pronome átono objeto direto ou indireto do verbo, a sua posição lógica, normal, é a ênclise”. É preciso dizer que esses dois autores comentam que existem casos em que a língua culta evitaria tal colocação, “sendo por vezes conflitantes, no particular, a norma portuguesa e a brasileira” (p. 301), porém os exemplos oferecidos por eles privilegiam a norma lusitana. Por sua vez, Bechara (2015) ratifica a tradição gramatical ao prescrever que, em relação a um só verbo, não se inicia período por pronome átono, embora, em nota de rodapé, ele reconheça que o princípio de não se iniciar período por pronome átono é desrespeitado no falar cotidiano brasileiro, assim como em textos literários, especialmente a partir do Modernismo.

Em relação aos casos com um só verbo no futuro do presente ou no futuro do pretérito, as gramáticas consultadas descrevem que nunca se pospõe pronome átono a essas formas verbais, prescrevendo-se a mesóclise ou, “se não forem contrariados os princípios anteriores” (Bechara, 2015, p. 607), pode-se colocar o pronome proclítico ao verbo. Entre esses “princípios anteriores” está o início de período, o que constitui um interdito à próclise em tal contexto, de modo que as gramáticas tradicionais são inflexíveis em relação a esse ponto.

Acerca dos contextos tradicionalmente obrigatórios de próclise, ou proclisadores, referidos pelas gramáticas normativas consultadas (palavras negativas, advérbios, pronomes indefinidos e interrogativos, orações subordinadas desenvolvidas, etc.), Cunha e Cintra (1985, p. 304) descrevem que “sempre que houver pausa entre um elemento capaz de provocar a próclise e o verbo, pode ocorrer a ênclise” (p. ex. Pouco depois, detiveram-se de novo), o que

nada mais é do que a repetição sutil da prescrição tradicional, que desaconselha a próclise em contexto de pausa. Tanto é verdade que eles prescrevem como obrigatória a ênclise quando o proclisador seguido de pausa não se relaciona ao verbo, como no seguinte exemplo colhido de Machado de Assis (p. 304):

(04) — Sim, sim, disse ela desvairadamente, mas avisemos o cocheiro que nos leve até a casa de Cristiano.

— **Não, apeio-me** aqui. (Machado de Assis, *OC*, I, 690, grifo dos autores)

Note-se, no exemplo acima, que o fato de o proclisador não fazer referência ao verbo que o sucede, mas sim ao conteúdo da oração precedente, provoca uma pausa mais longa que impede a ocorrência da próclise no PE por fatores de ordem fonológica (Nunes, 1993). Por outro lado, a utilização da próclise nesse contexto é perfeitamente possível e mais natural no PB, todavia a norma-padrão proíbe o uso de pronome oblíquo átono em início de oração.

Não obstante as prescrições normativas, as pesquisas sociolinguísticas revelam particularidades interessantes sobre a ordem dos clíticos nas variedades do português. Biazolli (2019), investigando gêneros textuais orais midiáticos no PB e no PE, constatou ampla ocorrência da próclise em contexto inicial na variedade brasileira: 75% em entrevistas e 60% em noticiários. Esses resultados contrastaram com os obtidos no PE, em que a posição enclítica foi categórica nesse contexto em toda a amostra de fala. Por outro lado, ao investigar gêneros escritos (cartas do leitor e editoriais) nas duas variedades, a pesquisadora observou um comportamento similar em contexto inicial: ausência de próclise em favor da ênclise. Vieira (2002), cuja pesquisa sobre a ordem dos clíticos no PB e no PE apresentou resultados semelhantes, já indicava que essa similaridade das duas variedades em gêneros escritos aponta para uma força niveladora que determina o comportamento dos usuários de uma mesma língua na modalidade escrita, ou seja, ainda que na fala espontânea as duas variedades manifestem diferenças quanto à ordem do clítico em contexto inicial, parece que elas seguem uma norma comum na modalidade escrita, o que revela a força dos instrumentos normativos sobre as práticas de escrita culta no PB.

De todo modo, essa preferência na modalidade oral do PB pela próclise demanda uma investigação em sincronias passadas para entender melhor esse fenômeno. Em sua dissertação

de mestrado, Pagotto (1992) realizou um estudo diacrônico utilizando a base teórico-metodológica da Sociolinguística Paramétrica². O objetivo do estudo era investigar a ordem dos clíticos pronominais ao longo do período que abrange os séculos XVI até o XX. O autor examinou um conjunto de cartas pessoais e documentos oficiais produzidos majoritariamente no Brasil³, totalizando 1436 dados divididos em quatro grupos específicos: (i) sentenças com apenas um verbo (lexia verbal simples) sem elemento atrator, (ii) sentenças com locução verbal (lexia complexa), (iii) sentenças com um único verbo precedido de partícula de negação ou advérbio e (iv) sentenças com grupos verbais precedidos de partícula de negação ou advérbio.

Com relação aos resultados obtidos para as lexias verbais simples sem elemento atrator, que interessam a este artigo, Pagotto (1992) constatou certa estabilidade na ordem dos clíticos pronominais durante o período entre os séculos XVI e XVIII, visto que os resultados apurados no que diz respeito à aplicação da próclise exibiram índices de frequência em torno de 85%, tendo também sido encontradas ocorrências dessa variante em contextos de início de oração, seja com verbo inicial e sujeito elidido, seja com verbo inicial e sujeito posposto. Ao comentar esses resultados, o pesquisador chama a atenção para um aspecto de cunho metodológico: os textos do século XVI ao XVIII eram de autores portugueses, sendo somente nos do século XIX que se poderia afiançar uma autoria brasileira, o que põe em relevo a similaridade da variedade brasileira contemporânea com sincronias mais antigas no que tange à preferência pela próclise.

Por outro lado, a partir do século XIX, começou a surgir uma tendência à colocação enclítica nos textos escritos investigados pelo autor, o que, para ele, é contraditório em relação ao quadro observado nos séculos anteriores, quando o sistema linguístico não apresentava altos índices dessa variante. Segundo o estudioso, a colocação proclítica ao verbo, que era considerada a norma até o século XVIII, passou a ser estigmatizada no PB, sobretudo na escrita, em decorrência de mudanças ocorridas no PE e do processo de formação da norma-padrão brasileira. Com efeito, em razão de mudanças fonológicas no PE a partir do século XVIII, com generalizado enfraquecimento das vogais átonas finais (Teyssier, 2001), essa variedade passou a preferir a ênclise. Segundo Nunes (1993), tais mudanças provocaram uma

² Esse modelo teórico-metodológico reúne a Sociolinguística Variacionista aos pressupostos da teoria de Princípios e Parâmetros, proposta pela corrente linguística do Gerativismo, para explicar os elementos universais (princípios) e as diferenças (parâmetros) entre as línguas humanas.

³ As amostras do século XVI investigadas pelo autor foram constituídas por textos produzidos em Portugal.

diferença na direção de cliticização nas duas variedades do português: no PE essa direção é à esquerda; no PB, à direita. Conforme descreve o autor, os clíticos do PE moderno são sempre enclíticos fonologicamente, daí a expressão “palavras atradoras” nas gramáticas normativas para explicar os casos em que a variedade lusitana exibe a anteposição do clítico em relação à forma verbal: na verdade, o pronome átono se liga fonologicamente ao elemento proclisador. Comparem-se os exemplos:

(05a) O professor deu-**me** dez. (deu-me)

(05b) O professor não **me** deu dez. (não-me)

Já na variedade brasileira, o clítico aparece ligado fonologicamente ao verbo que se lhe segue, daí a próclise generalizada, independentemente das chamadas “palavras atradoras”:

(05c) O professor **me** deu dez. (me-deu)

(05d) O professor não **me** deu dez. (me-deu)

Assim, a direção de cliticização à esquerda do PE explicaria a impossibilidade de ocorrer próclise em início de período ou depois de pausa nessa variedade (afinal não há elemento antecedente ao qual o pronome átono se possa ligar), conforme descrito por Cunha e Cintra (1985) no exemplo visto em (04), condição diversa do PB, em que sempre é possível a colocação proclítica nesses contextos.

Em síntese, o levantamento bibliográfico feito nesta seção demonstrou o seguinte: (i) o privilégio da ênclise nos instrumentos normativos em função da norma-padrão imposta em fins do século XIX; (ii) a semelhança entre o PB e o PE na modalidade escrita, na qual as taxas de próclise e ênclise são parecidas, devido à influência da norma-padrão sobre a escrita brasileira; e (iii) a preferência pela próclise em registros antigos do português, fenômeno que aumentou ao longo do tempo e se tornou uma característica comum na fala brasileira contemporânea, contrastando com o PE.

Aporte teórico

Desde muito tempo que as diferenças entre o PB e o PE têm levado muitos linguistas interessados nesse campo a investigar o porquê de a variedade brasileira ter assumido características que tanto a distinguem da portuguesa. Na busca por respostas a essa questão, muitos estudiosos apresentam pontos de vista divergentes que se inscrevem, basicamente, em duas correntes teóricas: uma que fundamenta as origens do PB no contato linguístico em um processo de transmissão linguística irregular (Lucchesi, 2003; Lucchesi; Baxter, 2009); outra que atribui os traços morfossintáticos peculiares do PB à deriva linguística (Naro; Scherre, 2003, 2007). Em razão dos limites deste artigo, não será possível fazer um estudo exaustivo acerca dessas duas correntes teóricas que buscam explicar as origens do PB, porém serão expostos aspectos que fundamentam cada uma.

É sabido que, nos primeiros séculos da colonização, havia o uso de duas línguas gerais (paulista e amazônica) de origem indígena, que serviram como instrumento de comunicação entre índios, brancos e africanos, perdurando essa situação linguística até o século XVIII, quando somente então o português passou a ser de fato a língua predominantemente falada no Brasil. Por conseguinte, de acordo com Lucchesi (2003) e com Lucchesi e Baxter (2009), nas origens do PB está a aquisição de um modelo de L2 com simplificação da morfologia flexional, visto que essa aquisição foi operada por uma população de adultos falantes de outras línguas, caracterizando um processo de transmissão linguística irregular. Tal processo é entendido como o contato frequente e prolongado entre a língua do segmento que detém o poder político e a língua dos segmentos dominados, porém com pouco ou nenhum acesso dos falantes de outras línguas aos modelos prestigiados da língua alvo. Assim, para os defensores dessa corrente teórica, muitas estruturas do PB “podem ser relacionadas historicamente ao massivo contato entre línguas que marca os primeiros séculos da história sociolinguística do Brasil” (Lucchesi, 2003, p. 278), o que explicaria, portanto, os processos de variação e de mudança na variedade brasileira. Lucchesi e Baxter (2009) esclarecem, no entanto, que o PB seria o resultado de um processo de transmissão linguística irregular do tipo leve (e não criouliização), que resultou em uma nova variedade do português no Brasil.

Por outro lado, Naro e Scherre (2003) propõem uma revisão do termo transmissão linguística irregular nas origens do PB, que eles consideram como um caso de nativização, entendido como um processo em que “uma língua vinda de fora se torna a língua nativa da comunidade, que perde parcial ou totalmente a plena funcionalidade de suas línguas maternas

anteriores” (Naro; Scherre, 2003, p. 287). Em estudo posterior, os mesmos autores também defendem que no PB não existiriam características estruturais novas oriundas do contato entre línguas ou da nativização do português entre os segmentos de falantes de outras línguas e os seus descendentes (Naro; Scherre, 2007). Consoante essa hipótese, as estruturas linguísticas tidas como tipicamente brasileiras teriam sempre existido na língua desde a sua fase mais antiga, podendo ser inclusive encontradas no PE contemporâneo. Para fundamentar semelhante hipótese, os autores ora referidos aduzem exemplos de variação na concordância (verbal e nominal) tanto do português arcaico, quanto do PE atual, o que evidenciaria que esse fenômeno não é exclusividade do PB (Naro; Scherre, 2003, p. 293-294):

- (06) a todos aqueles que se **fazem** (3ª pl.) afora da carreira do pecado e **torna** (3ª sg.) a direita carreira. (Português arcaico: *A Demanda do Santo Graal*, XXI, 160, p. 223)
- (07) Entom os parentes **ouve** (3ª sg.) conselho e **confessaram** (3ª pl.) (Português arcaico: *Os Diálogos de São Gregório*, 1.24.23)
- (08) [...] das duas pedras que **tá** no mêio do lanço; tenho cinquenta e um **ano**. (PE contemporâneo: Ericema, Alves 1993: 190)
- (09) os nossos agasalhos **é** estes; as raízes **enterrado** na carne (PE contemporâneo: Lisboa, Mira 1954: 149-150)

Para Naro e Scherre (2003, 2007), os exemplos acima demonstram que a variação na concordância representa uma deriva latente no sistema, todavia com uma frequência média maior no PB que no PE. Do mesmo modo, Coutinho (1976, p. 337-341) já sinalizara a hipótese de que estruturas sintáticas consideradas próprias do PB, comumente chamadas de brasileirismos, não eram desconhecidas no português arcaico, conforme se pode perceber a partir dos principais casos levantados por ele acompanhados de seus respectivos exemplos:

a) pronome nominativo em função acusativa

- (10) Os cardeais, outrossim, privaram **ele** d’algum direito, se o no papado tinha. (Fernão Lopes, *D. Fernando*, c. 46)

b) emprego da preposição *em* com verbos de movimento

(11) Mas quãdo souberon como Hercolles era uijndo **em** Espanha... (*Da História Geral, apud* Leite de Vasconcelos, *Textos arcaicos*, p. 55)

c) verbo *chamar* seguido da preposição *de*

(12) Que te chame **de** ratinha. Tinhosa cada meia hora... (Gil Vicente, vol. II, 435)

d) ordem variável dos clíticos, inclusive próclise sem atrator

(13) Aqui parou chorando amargamente, E mostrando na vista mil afeitos Dizia: Que! **Me** deixas finalmente? (Castro, *Ulisseia*, X, 113)

(14) Achei onde perdi-**me**, o meu tesouro... (Antônio Ferreira, *Obras completas*, vol. I, p. 66)

(15) Eu, Senhor, **vos** peço por mercê, que queirais **me** dar vossa bênção e licença. (Rui de Pina, *Cron. d'El-Rei D. Duarte*, p. 110)

Apesar de alguns estudiosos (Lucchesi, 2003; Lucchesi; Baxter, 2009) sugerirem influência africana, a explicação para esses fenômenos morfossintáticos na variedade brasileira pode ser encontrada no português arcaico, que possui afinidades linguísticas com o português falado no Brasil. De fato, a partir dos exemplos arrolados das fases antiga e contemporânea do PE, pode-se inferir que a nativização do português por falantes de outras línguas em terras brasileiras não parece ter produzido características estruturais novas. Ao contrário, pelo menos muitas das estruturas alegadas como típicas do PB sempre existiram no sistema, podendo ser encontradas ainda hoje em falares rurais ou não padrão de Portugal. Assim, casos de próclise do clítico em posição inicial ou ao verbo principal, como em (13) e (15), respectivamente, fornecem elementos adicionais para supor que tais ocorrências não sejam uma inovação do PB.

Por outro lado, Naro e Scherre (2003, 2007) não descartam a influência do contato do português com línguas africanas e indígenas. Para os autores, no processo de nativização do português, o contato com as línguas dos africanos e com as línguas gerais indígenas maximizou e acelerou fenômenos variáveis que já existiam em Portugal, de modo que, nesse complexo ambiente sociolinguístico, tais fenômenos assumiram uma frequência

quantitativamente mais expressiva, dando ao PB sua feição característica.

Dado o exposto, este estudo assume a perspectiva teórica da deriva linguística defendida por Naro e Scherre (2003, 2007) na análise dos dados do Português Clássico, já que parte da hipótese de que o emprego proclítico do pronome átono em contexto inicial não representa um brasileirismo, mas um traço da variedade de português trazida pelos colonizadores, a exemplo de outros fenômenos morfossintáticos, tidos como inovação brasileira, que encontram raízes em fases pretéritas da língua.

Metodologia

Este estudo adota uma metodologia de natureza tanto quantitativa quanto interpretativista. O aspecto quantitativo se dá por meio do levantamento numérico das ocorrências das variantes de colocação pronominal em uma amostra representativa do Português Clássico. O aspecto interpretativista se fundamenta na descrição e na análise dos contextos linguísticos favorecedores de cada variante, utilizando para isso o arcabouço teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista.

Surgida em fins da década de 1960, a partir do texto seminal de Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), a Sociolinguística Variacionista, também conhecida como Teoria da Variação e Mudança, busca descrever a variação e a mudança na língua a partir do contexto social de uma comunidade de fala⁴, aplicando uma análise quantitativa dos dados coletados (Labov, 2008 [1972]). Essa abordagem pressupõe que a heterogeneidade linguística não é caótica, mas sistemática, de modo que a estrutura e o funcionamento da língua podem ser compreendidos, ainda que em processo de mudança.

Segundo esse modelo, dois enunciados que descrevem uma mesma situação real e têm o mesmo valor de verdade constituem *variantes* de uma mesma variável, sendo esta entendida como a parte do sistema linguístico que está em variação. Assim, para que as variantes sejam reconhecidas como tais, é necessário que possam ocorrer em um mesmo contexto e

⁴ Para Labov (2008 [1972]), uma comunidade de fala pode ser definida como um grupo de pessoas que compartilham um conjunto de normas sociais sobre o uso da língua. Essas normas podem ser observadas no comportamento avaliativo dos falantes e na uniformidade dos modelos abstratos de variação, que são invariantes com relação aos níveis particulares de uso. Em outras palavras, mesmo que as pessoas falem de forma diferente, elas têm uma ideia compartilhada sobre o que é considerado correto ou incorreto, ou prestigiado ou estigmatizado. Essa ideia é refletida nas formas como as pessoas avaliam a fala umas das outras, e na forma como elas usam a língua em diferentes contextos sociais.

mantenham o significado. A Sociolinguística busca então descrever e explicar o processo de variação e mudança linguística, levando em consideração o controle de fatores sociais (classe social, gênero, idade, nível de educação, entre outros) e fatores linguísticos (características internas da língua). Isso implica não só identificar quais elementos influenciam a escolha entre diferentes variantes linguísticas, como também demonstrar que a regularidade na variação segue padrões sistemáticos, regidos por um conjunto de regras que não são categóricas, mas sim variáveis.

Considerando que a variação não é aleatória, mas determinada por regras, o próximo passo é identificar quais são os fatores que a condicionam. Assim, este estudo faz o levantamento dos condicionadores das variantes de colocação pronominal em uma amostra de sincronia passada, a fim de obter pistas para entender o presente. Conforme lembra Wiedemer (2009), a conexão entre o presente e o passado possibilita destacar diferentes estágios e transformações que ocorreram no passado e que estão acontecendo atualmente. Por essa razão, este estudo, ao realizar esse percurso, busca compreender o processo histórico de estabelecimento da(s) norma(s) de colocação pronominal no PB a partir da análise de uma amostra do Português Clássico.

Na investigação da ordem dos pronomes átonos em contexto inicial na sincronia do Português Clássico, selecionou-se como amostra a epopeia *Os Lusíadas*, de Luís de Camões. A edição utilizada foi organizada pelo Instituto Camões, que traz a obra em sua versão integral acompanhada por notas explicativas que auxiliam o leitor a compreender os versos. Foram recolhidos dados dos dez cantos que integram a obra, tendo sido obtidos 364 dados de colocação pronominal com um só verbo em contexto inicial.

Após a definição da amostra, fez-se a especificação das variáveis. A variável dependente é a ordem do pronome átono em contexto inicial: a próclise e a ênclise. A mesóclise em contexto inicial apareceu em seis dados, que foram amalgamados aos casos de ênclise, a fim de evitar células sem ocorrências ao rodar o programa estatístico, o que prejudicaria a obtenção de pesos relativos. Quanto às variáveis independentes, os condicionamentos linguísticos, foram definidos os seguintes grupos de fatores:

a) Contexto

(i) Início de verso

(16) **Se** fizeram por armas tão subidos (Canto I, estância 14, verso 3)

(17) **Dá-lhe** armas o furor desatinado (Canto I, estância 91, verso 4)

(ii) Pausa marcada por pontuação em interior de verso

(18) E, perguntando tudo, **lhe** dizia (Canto I, estância 62, verso 7)

(19) Até que enfim, rompendo-**lhe** a garganta, (Canto III, estância 47, verso 7)

b) Forma verbal

(i) Formas simples do indicativo (com exceção do futuro do presente)

(20) **Vos** amostra a vitória já passada (Canto I, estância 7, verso 6)

(21) Traziam-**a** os horríficos algozes (Canto III, estância 124, verso 1)

(ii) Formas simples do futuro do presente do indicativo

(22) **Lhe** darão feia infâmia ou morte crua (Canto VI, estância 45, verso 4]

(23) Dar-**te-ei**, Senhor ilustre, relação (Canto I, estância 64, verso 3)

(iii) Formas simples do subjuntivo e modo imperativo afirmativo

(24) **Te** dê por isso fama nem memória (Canto IV, estância 102, verso 7)

(25) Dai-**me** agora um som alto e sublimado (Canto 1, estância 4, verso 5)

(iv) Formas nominais (infinitivo e gerúndio)

(26) Aventurar-**me** a ferro, a fogo, a neve (Canto IV, estância 79, verso 6]

(27) Fazendo-**se** maior, mais carregada (Canto V, estância 20, verso 7)

c) Tipo de clítico:

(i) clítico acusativo

(28) **Os** levaram por força por diante, (Canto I, estância 101, verso 6)

(29) Havendo-**o** por milagre, assi dizeia (Canto II, estância 29, verso 8)

(ii) clítico dativo argumental

(30) **Lhe** pagará tributos, conhecendo (Canto II, estância 48, verso 7)

(31) Manda-**lhe** mais lanígeros carneiros (Canto II, estância 76, verso 5)

(iii) clítico dativo não argumental (de posse, de interesse)

(32) Porque, antes de fugir, **lhe** foge a vida. (Canto III, estância 82, verso 4)

(33) Fervendo-**lhe** no peito o duro Marte (Canto III, estância 30, verso 5)

(iv) clítico *se* reflexivo

(34) Ainda confiados, **se** ajuntavam (Canto IV, estância 9, verso 2)

(35) Arma-**se** cada um como convinha (Canto IV, estância 22, verso 6)

(v) clítico *se* indeterminador/apassivador

(36) **Se** vê que de homem forte os feitos teve (Canto III, estância 22, verso 2)

(37) Rompem-**se** as folhas, ferve a serra erguida (Canto I, estância 35, verso 6)

(vi) clítico *se* de construções pronominais ou expletivo

(38) Antes, sendo esta sua, **se** esquecera (Canto V, estância 5, verso 7)

(39) Começando-**se** todos a sorrir (Canto V, estância 35, verso 2)

(vii) demais clíticos

(40) **Me** mostras tu tão pouca confiança (Canto VIII, estância 66, verso 5)

(41) Pões-**te** da parte da desdita minha? (Canto IX, estância 80, verso 1]

Depois de codificados, os dados foram processados utilizando o GoldVarb X (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005), que consiste em um programa computacional para levantamento estatístico da frequência das variantes de um fenômeno variável, assim como para determinação dos pesos relativos, isto é, dos fatores que mais favorecem a ocorrência da variante especificada como valor de aplicação, no caso, a próclise.

Análise dos dados

Conforme já mencionado, foram apurados na amostra 364 dados de colocação pronominal com um só verbo em contexto inicial, tendo sido encontradas as seguintes variantes:

a) Próclise

(42) **Te** avisamos que é tempo que já mandes (Canto IV, estância 73, verso 7)

b) Ênclise

(43) Ajunta-**me** ao despacho brevidade (Canto VIII, estância 75, verso 3)

A tabela a seguir apresenta o cômputo geral dos dados com a distribuição das variantes:

Tabela 1- Distribuição geral dos dados computados segundo as variantes usadas

Variantes	Ocorrências	Percentuais
Próclise	165/364	45%
Ênclise	199/364	55%

Fonte: Elaborada pelo autor

De início, chama a atenção a frequência robusta da variante proclítica (45%), que apareceu em equilíbrio com a ênclise na distribuição dos dados. Esse resultado preliminar sugere que a próclise em contexto inicial não era desconhecida no Português Clássico, de modo que sua ocorrência em tal contexto não constitui uma inovação da variedade brasileira, mas um traço da língua trazida pelos colonizadores que, em terras brasileiras, foi ampliado pelo contato linguístico, num processo de nativização, conforme defendem Naro e Scherre (2003, 2007).

Diante dos índices gerais que apontam a alta frequência de próclise na amostra, faz-se

necessário proceder à análise de cada um dos grupos de fatores estruturais indicados na seção anterior, a fim de identificar os que favoreciam tal colocação do clítico pronominal no Português Clássico. Foram considerados os seguintes condicionamentos linguísticos: contexto inicial, forma verbal e tipo de pronome.

Contexto inicial

Uma possível objeção à interpretação da próclise neste estudo seria o fato de que o início de um verso, à exceção daquele que abre uma estrofe ou estância, não constituiria um contexto inicial propriamente dito. No entanto, cumpre lembrar que a métrica dos versos de *Os Lusíadas* era rígida, conforme era a praxe em textos poéticos daquela época, de maneira que todos os versos da obra são decassílabos, ou seja, a escansão de cada um dos versos revela dez sílabas, como ilustra o exemplo a seguir:

- (44) A/té/ que a/qui/ no/ teu/ se/gu/ro/ por/to,⁵
Cu/ja/ bran/du/ra e/ do/ce/ tra/ta/men/to
Da/rá/ sa/ú/de a um/ vi/vo, e/ vi/da a um/ mor/to,
Nos/ trou/xe a/ pi/e/da/de/ do al/to as/sen/to.
A/qui/ re/pou/so, a/qui/ do/ce/ con/for/to,
No/va/ qui/e/ta/ção/ do/ pen/sa/men/to
Nos/ des/te: e/ vês/ a/qui,/ se a/ten/to ou/vis/te,
Te/ con/tei/ tu/do/ quan/to/ me/ pe/dis/te. (*Os Lusíadas*, Canto V, estância 85)

Em vista disso, o início de cada verso abre uma nova contagem de sílabas, sendo precedido de uma pausa melódica, de sorte que a ocorrência de pronome átono no início de verso pode ser considerada um caso de próclise em contexto inicial, conforme se pode perceber nos versos da estância acima com clíticos em destaque. Ademais, note-se que os versos quatro e oito são precedidos de versos finalizados por vírgula, ou seja, por pausas bem-marcadas, o que exigiria a ênclise em um sistema cuja direção de cliticização fosse à esquerda, conforme se verifica no PE contemporâneo. Quanto ao verso sete, este é precedido por verso com um SD (“Nova quietação

⁵ Na escansão dos versos, as sílabas terminadas em vogais átonas são aglutinadas à sílaba contígua que seja iniciada por outra vogal. Além disso, a contagem vai até a última sílaba tônica do verso.

do pensamento”) que não constitui um proclisador tradicional, sendo então a ênclise o esperado, segundo os instrumentos normativos, e não a próclise, como ocorreu.

Feitos os esclarecimentos, passa-se à descrição do primeiro grupo de fatores, em que foram investigados o início de verso e a pausa marcada no interior do verso por pontuação, geralmente uma vírgula. Os resultados são apresentados na tabela a seguir:

Tabela 2- Distribuição das variantes segundo o contexto inicial

Variantes	Início de verso (PR .47)		Pausa no interior de verso (PR .80)	
	Próclise	138/328	42%	27/36
Ênclise	190/328	58%	9/36	25%

Fonte: Elaborada pelo autor

Como evidenciado pela tabela, as ocorrências de próclise em início de verso estavam em equilíbrio com as de ênclise, ou seja, o que sugere não ser um fenômeno tão marginal na variedade praticada pelos colonizadores do século XVI. Veja-se este exemplo:

(45) **Te** recebem na glória que ganhaste (*Os Lusíadas*, Canto X, estância 119, verso 6).

Os resultados aqui apresentados vão ao encontro dos encontrados por Pagotto (1992), cuja pesquisa constatou que a colocação proclítica era um fenômeno comum no português até o fim do século XVIII. Essa tendência à próclise foi conservada e ampliada no PB, passando a constituir a norma brasileira na fala espontânea, como documentam os trabalhos de Vieira (2002) e Biazolli (2019).

No contexto de pausa marcada por vírgula no interior de verso, a próclise representou cerca de $\frac{3}{4}$ das ocorrências, uma frequência avassaladora, sendo tal contexto selecionado pelo programa como o mais propício à colocação proclítica (PR. 80):

(46) Pera onde estava o Padre, **se** moveu (Canto II, estância 33, verso 8)

(47) Voando, e não remando, **lhe** fugiram. (Canto II, estância 66, verso 8)

Em vista dos resultados aqui obtidos, não é descabido supor que a próclise, que era mais comum em contexto de pausa no interior do enunciado, tenha ampliado posteriormente

sua frequência no PB também em contexto de início de enunciado. De todo modo, não se trata de um brasileirismo sintático, haja vista os exemplos fornecidos pela sincronia do século XVI.

Forma verbal

Neste grupo, foi feito o controle das formais verbais simples. Conforme já referido, os dados de mesóclise foram computados como ênclise, a fim de evitar ocorrências de células vazias, que inviabilizariam o cálculo dos pesos relativos em todos os grupos de fatores. No entanto, houve o cuidado de separar à parte as formas verbais do futuro do presente do indicativo (não houve ocorrências com o futuro do pretérito), de modo a observar o comportamento do clítico nesse contexto. Vejam-se os resultados de próclise e ênclise com diferentes formas verbais:

Tabela 3- Distribuição das variantes segundo a forma verbal

Variantes	Modo indicativo geral (PR .50)		Fut. do pres. do indicativo (PR .65)		Modos subjuntivo e imperativo (PR .38)		Formas nominais (categórico)	
Próclise	141/257	55%	11/17	65%	13/32	41%	0/58	—
Ênclise	116/257	45%	6/17	35%	19/32	59%	58/58	100%

Fonte: Elaborada pelo autor

Ao examinar os dados segundo o fator forma verbal, nota-se que os tempos simples do indicativo sem o futuro do presente não representaram um contexto relevante para a ordem do clítico, apesar da ligeira vantagem percentual da próclise em relação à ênclise, tanto que o peso relativo obtido foi .50, considerado neutro, ou seja, trata-se de um contexto estrutural em plena variação naquela sincronia:

- (48) **Me** detenho em tomar do Sol a altura (Canto V, estância 26, verso 7)
- (49) Chamei-**me** Adamastor, e fui na guerra (Canto V, estância 51, verso 3)

Menor influência sobre o fenômeno variável aqui investigado exerceram as formas verbais simples do subjuntivo e as do modo imperativo afirmativo (PR .38), que foram reunidas em um único bloco em razão da baixa ocorrência de dados e da semelhança que

essas formas têm entre si. Entretanto, houve diferença quanto ao comportamento do clítico entre as formas verbais do subjuntivo, que manifestaram tanto a próclise quanto a ênclise:

(50) **Lhe** ajude a defender o senhorio (*Os Lusíadas*, Canto X, estância 64, verso 4)

(51) Mova-**te** a piedade sua e minha (Canto III, estância 127, verso 7)

Por outro lado, as formas do imperativo afirmativo só apresentaram a colocação enclítica:

(52) Entregai-**vos** ao dano que cos bicos (Canto IX, estância 59, verso 7)

Essa tendência ao uso da ênclise com as formas verbais do imperativo afirmativo parece ter sido conservada em estágios posteriores, visto que a norma-padrão imposta no século XIX estabeleceu esse modo verbal como um dos contextos em que a ênclise é obrigatória, conquanto seja possível no PB contemporâneo a próclise com o imperativo afirmativo (p. ex. “**Me** ouve com atenção, menino!”).

Com relação às formas nominais, a ênclise foi categórica, tanto com o infinitivo quanto com o gerúndio, mesmo em contexto de pausa no interior de verso:

(53) Ver-**te** e do necessário reformar-**te** (Canto II, estância 2, verso 8)

(54) O touro busca e, pondo-**se** diante, (Canto I, estância 88, verso 3)

Por outro lado, as formas simples do futuro do presente se mostraram como o contexto de maior favorecimento da próclise (PR .65), com alta frequência dessa variante:

(55) **Me** será sempre o mal a que se atreve. (Canto VI, estância 86, verso 4)

Esse robusto emprego da colocação proclítica com as formas verbais do futuro do presente no Português Clássico já aponta para um progressivo decréscimo da mesóclise, tanto que, na fala contemporânea do PB, as ocorrências dessa última colocação são raríssimas, quando não inexistentes, aparecendo de forma muito restrita somente na escrita formal,

conforme descrevem Vieira (2002) e Biazolli (2019).

Tipo de clítico

Neste último grupo de fatores, investigou-se a distribuição das duas variantes segundo o tipo de pronome átono. O trabalho de Vieira (2002) já chamava a atenção para o fato de a colocação pronominal no PB depender do tipo de clítico, porquanto os resultados por ela obtidos foram variados. A autora observou que os casos de ênclise encontrados em sua amostra de fala do PB contemporâneo se deram com o pronome acusativo (*o* e flexões) associado a formas verbais de infinitivo e com o pronome oblíquo *se*, especialmente na função de indeterminador/apassivador⁶ em início de período, destoando dos demais clíticos, que manifestaram a próclise. Por sua vez, Nunes (1993) já apontava para o progressivo desaparecimento do pronome átono acusativo na variedade brasileira do português, tendo associado esse fenômeno ao fato de tal pronome constituir uma sílaba sem *on-set*, ou seja, sem elemento pré-nuclear, ao contrário dos demais clíticos, o que o tornaria um pronome fonologicamente fraco, de modo que sua sobrevivência no PB contemporâneo se daria em contextos em que esse *on-set* é recuperado, como em ênclise a formas verbais do infinitivo (p. ex. *comprá-lo*, *prendê-la*). Freire (2000), que investigou a realização do objeto direto anafórico no PB a partir de dados de fala de informantes com nível superior completo, só encontrou 3% de clíticos acusativos, todos em posição enclítica, confirmando a hipótese de Nunes (1993). Diante dessas observações, buscou-se verificar se no Português Clássico os clíticos pronominais exibiam um comportamento diferenciado no que diz respeito à colocação. Os resultados para os tipos de pronomes átonos são detalhados na tabela abaixo:

Tabela 4- Distribuição das variantes segundo o tipo de clítico

Tipo de clítico	Próclise		Ênclise	
Acusativo	18/54	33%	36/54	67%
Dativo argumental	46/83	55%	37/83	45%
Dativo não argumental	7/17	41%	10/17	59%
<i>Se</i> reflexivo	24/50	48%	26/50	52%
<i>Se</i> indeterminador/ apassivador	15/41	37%	26/41	63%

⁶ Vieira (2002) reuniu em um mesmo grupo os casos de indeterminação e de voz passiva construídos com o clítico *se*, tendo em vista que em ambos há suspensão do papel temático de agente. Aqui se fez o mesmo agrupamento.

<i>Se</i> de construção pronominal e expletivo	20/38	53%	18/38	47%
Demais clíticos	35/81	43%	46/81	57%

Fonte: Elaborada pelo autor

Conquanto a variante proclítica tenha apresentado índices consideráveis, esse último fator não foi selecionado pelo programa estatístico como relevante para o emprego da próclise, haja vista a flagrante prevalência da ênclise na maioria dos tipos de clítico. De todo modo, merecem destaque o clítico acusativo, o clítico *se* indeterminador/apassivador e o clítico dativo (*lhe* e flexão) argumental, cuja colocação no Português Clássico apresenta pontos de contato com a observada pelas pesquisas sociolinguísticas no PB contemporâneo.

Sobre o clítico acusativo, este foi o que exibiu maior frequência de ênclise (67%), seja com manifestação de seu *on-set*, seja sem esse elemento:

- (57) **Tratá-los** brandamente determina (Canto I, estância 69, verso 7)
- (58) **Vede-lo** em feias guerras ocupado, (Canto VII, estância 4, verso 5)
- (59) **Curam-no** às vezes ásperas triagas (Canto IX, estância 33, verso 4)
- (60) **Vê-o** também no meio do Hemisfério (Canto I, estância 8, verso 3)

Os três primeiros exemplos acima demonstram a produtividade da manifestação do *on-set* silábico do clítico acusativo nos contextos tradicionalmente definidos pela gramática normativa, isto é, após formas verbais terminadas em *-r* (tratar + os = tratá-los), *-s* (vedes + o = vede-lo) – havendo queda da consoante final – e segmento nasal (curam + o = curam-no), fenômeno ainda conservado no PB oral, porém restrito às formas de infinitivo, sendo estas o contexto mais propício ao uso desse clítico, conforme identificado por Freire (2000) e Vieira (2002). Por outro lado, o exemplo (60) indica que também era produtiva no Português Clássico a ênclise do pronome acusativo com formas verbais que não provocam alteração morfofonológica. Note-se, todavia, que 33% das ocorrências desse pronome na amostra foram em próclise, ou seja, também sem manifestação de seu *on-set*:

- (61) **As** divide, e o mar que, fero e horrendo, (Canto III, estância 7, verso 5)

(62) Tomando-o pela mão, **o** leva e guia (Canto IX, estância 87, verso 1)

A ordem proclítica exemplificada acima, possível na fala culta do PB contemporâneo em situações monitoradas, dificilmente seria encontrada no PE atual, dado que essa variedade apresenta direção de cliticização à esquerda (Nunes, 1993), ou seja, a pausa que precede o pronome inviabilizaria a próclise. Ao que parece, nesse ponto, o PB apresenta mais similaridades com o Português Clássico do que o PE.

Com relação ao pronome *se* indeterminador/apassivador, a frequência da ênclise foi a segunda mais alta (63%) entre todos os clíticos analisados, indicando que esse pronome átono já demonstrava uma tendência maior à posição enclítica, o que se aproxima dos resultados de Vieira (2002) sobre esse mesmo clítico no PB oral contemporâneo:

(63) Amiúdam-**se** os brados acendidos (Canto II, estância 100, verso 7)

No que diz respeito ao clítico dativo argumental, este foi o contexto que exibiu o maior índice de próclise (55%):

(64) **Lhe** deu no Mundo nomes tão estranhos (Canto IX, estância 92, verso 2)

Essa maior frequência da próclise verificada com o clítico dativo argumental em contextos iniciais parece ter se estendido posteriormente aos outros pronomes átonos, de modo a tornar-se a ordem característica da variedade brasileira. A propósito, a tabela mostra que o pronome dativo não argumental, o *se* reflexivo, o *se* de construções pronominais e os demais clíticos já exibiam índices robustos de próclise, todos acima de 40%:

(65) **Lhe** saltaram dos olhos, com que logo (Canto VI, estância 34, verso 7)

(66) **Se** veste, por não ter quem nomeado (Canto VI, estância 59, verso 3)

(67) **Se** serve inda dos animosos braços (Canto X, estância 31, verso 3)

(68) **Me** aparece de longe o gesto lindo (Canto V, estância 55, verso 3)

(69) **Te** negue o amor devido, como soe (Canto III, estância 1, verso 8)

(70) **Nos** recebes em paz, do mar profundo; (Canto II, estância 105, verso 2)

Não obstante a prevalência da ênclise entre os pronomes átonos em geral, os exemplos acima fornecem indícios de que a próclise em contexto inicial podia manifestar-se com qualquer clítico no Português Clássico, de sorte que tal construção não representa uma característica inédita da variedade brasileira do português, como se poderia supor a partir da descrição dos instrumentos normativos, que afirmam ser a ênclise a ordem “natural” dos clíticos pronominais, sobretudo no contexto aqui focalizado.

Considerações finais

A investigação da amostra selecionada evidenciou que a próclise em contexto inicial ou após uma pausa estava em variação com a ênclise no Português Clássico, de modo que a primeira variante não seria um brasileirismo, mas um traço herdado dos colonizadores portugueses. Por conseguinte, a presença da colocação proclítica nesse mesmo contexto no PB não constitui uma característica inédita resultante do contato entre línguas ou da assimilação do português por parte dos falantes de outras línguas e seus descendentes. Em outras palavras, a “transmissão linguística irregular” não desencadeou novos processos de variação e mudança quanto à colocação proclítica em contexto inicial, mas simplesmente ampliou um fenômeno já existente em Portugal, ou seja, trata-se de uma característica que foi maximizada pelo contato linguístico no processo de nativização da língua portuguesa no Brasil, consoante a tese da deriva linguística defendida por Naro e Scherre (2003, 2007).

Em última análise, ao examinar a ordem dos clíticos pronominais em uma sincronia passada do português, este estudo aponta para a necessidade de superar concepções estanques da norma-padrão sobre o fenômeno da próclise em contexto inicial no PB. Assim, acredita-se que os resultados aqui expostos possam contribuir para atualizar abordagens pedagógicas acerca da colocação pronominal, promovendo um ambiente de aprendizado que valorize a diversidade linguística e propicie uma compreensão melhor da variedade brasileira.

Referências

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

BIAZOLLI, Caroline Carnielli. “Atração do pronome”? Discutindo a atuação de proclisadores no PE e no PB sob o viés das normas. *Revista Diálogos*. v. 7, n. 1, 2019. p. 124-145.

Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/7238>.

Acesso em: 14 abr. 2025.

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. 4. ed. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros. Instituto Camões, 2000.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1976.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FREIRE, Gilson Costa. *Os clíticos de terceira pessoa e as estratégias para sua substituição na fala culta brasileira e lusitana*. 2000. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

FREIRE, Gilson Costa. Norma-padrão, norma gramatical e norma culta no Brasil: convergências, divergências e implicações para o ensino da escrita. *(Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 14, n. 29, 2020. p. 659-680. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/32219>. Acesso em: 14 abr. 2025

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: ABRAÇADO, Jussara; RONCARATI, Cláudia. (orgs) *Português Brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2003. p. 272-282.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Allan. A transmissão lingüística irregular. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Allan.; RIBEIRO, Ilza. (Orgs.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EdUFBA, 2009. p. 101-124.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. O conceito de transmissão lingüística irregular e as origens estruturais do português brasileiro: um tema em debate. In: ABRAÇADO, Jussara; RONCARATI, Cláudia. (orgs) *Português Brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2003. p. 285-296.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

NUNES, Jairo. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993. p. 207-220.

PAGOTTO, Emílio Gozze. *A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico*. 1992. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1992.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 36. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998 [1972].

SANKOFF, David.; TAGLIAMONTE, Sali A.; SMITH, Eric. *Goldvarb X: a variable rule application for Macintosh and Windows*. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Tradução: C. Cunha. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. *Colocação pronominal nas variedades europeia, brasileira e moçambicana: para a definição da natureza do clítico em português*. 2002. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução: M. Bagno. Revisão técnica: C. A. Faraco. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].

WIEDEMER, Marcos Luiz. Introdução aos conceitos básicos da Sociolinguística. *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, 2009. p. 129-140. Disponível em:
http://www.filologia.org.br/xiiicnlf/resumos/introducao_aos_conceitos_basicos_da_sociolinguistica_marcos_luiz.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025

Recebido em: 28 de janeiro de 2025.

Aceito em: 22 de março de 2025.